



CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM

UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL E TURISMO

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO

-

**LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO WC'S QUÍMICOS E CONTENTORES
PARA O FESTIVAL DO CONTRABANDO 2025**

CLÁUSULA 1.ª

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante neste procedimento é o Estado, através da Câmara Municipal de Alcoutim, com sede na Rua do Município, n.º 12, 8970-066 Alcoutim, telefone +351540500 e correio eletrónico: geral@cm-alcoutim.pt.

CLÁUSULA 2.ª

Objeto

O presente caderno de encargos tem como objeto a **Locação de equipamento WC's químicos e contentores para o Festival do Contrabando 2025**, de acordo com as disposições constantes no presente caderno de encargos e compreende os seguintes serviços:

CLÁUSULA 3.ª

Preço base

O preço base do presente procedimento é de **€ 13.580,00€ (treze mil quinhentos e oitenta euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, caso o mesmo seja devido, correspondendo ao preço máximo que a entidade Adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

CLÁUSULA 4.ª

Contrato

1. O contrato não será reduzido a escrito, nos termos dos artigos 94.º e 95.º Código dos Contratos Públicos, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e retificado pelas Declarações de Retificação n.º 36 – A/2017, de 30 de outubro, e n.º 42/2017, de 30 de novembro, adiante designado por CCP.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno do Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão do contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno do Encargos;
 - c) O presente Caderno do Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 5.ª

Prazo

O fornecimento dos serviços será efetuado nos dias 1 a 7 de abril de 2025, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

CLÁUSULA 6.ª

Gestor do contrato

- 1 A entidade adjudicante deve designar um gestor de contrato para promover o devido acompanhamento permanente da execução contrato, nos termos do previsto no artigo 290º-A em conjugação com a alínea i) do nº 1 do artigo 96, ambos do CCP, e que desempenhe o papel de interlocutor com a Parte contrária para todos os fins associados à execução contratual.
- 2 Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente da entidade adjudicante, propondo, em relatório fundamentado, as medidas corretivas que se revelem necessárias.

- 3 A entidade adjudicante designa como gestor do contrato, Manuela Teixeira, Chefe da Unidade de Cultura, Património Cultural e Turismo, da Câmara Municipal de Alcoutim, a qual pode, no decurso da prestação de serviços, solicitar esclarecimentos atinentes à mesma.

CLÁUSULA 7.ª

Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados pelos interessados por escrito, através da na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, no primeiro terço fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos serão prestados por escrito, pelo serviço de Aprovisionamento do Município de Alcoutim, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação dos erros e omissões das peças do procedimento até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

CLÁUSULA 8.ª

Propostas

1. As propostas devem ser submetidas na plataforma eletrónica na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, com os seguintes elementos:
 - a) Valor global da proposta;
 - b) Referência a aspetos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa ao serviço proposto.
2. As propostas devem ser acompanhadas pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP.

CLÁUSULA 9.ª

Critério de adjudicação

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 74.º do CCP.

CLÁUSULA 10.ª

Propostas Variantes

Não são admitidas propostas variantes.

CLÁUSULA 11.ª

Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de Negociação.

CLÁUSULA 12.ª

Condições de Adjudicação

A decisão de adjudicação está condicionada à possibilidade de assunção do respetivo compromisso, conforme a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Fornecer o serviço do contrato, conforme as condições definidas no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais, salvo se forem negociadas condições mais vantajosas para as entidades adquirentes, caso em que estas prevalecem sobre aquelas;
- b) Comunicar antecipadamente à entidade adquirente os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do presente caderno de encargos ou do contrato celebrado com a entidade adquirente;

- c) Não alterar as condições de fornecimento do serviço fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
 - d) Prestar o serviço no âmbito da **Locação de equipamento WC's químicos e contentores para o Festival do Contrabando 2025**, à entidade adjudicante, de acordo com as características, prazos de entrega e requisitos dos mesmos definidos no presente caderno de encargos e demais documentos contratuais;
 - e) Realizar todas as tarefas solicitadas pela entidade adquirente e abrangidas pelo contrato a celebrar, com a diligência e qualidade requeridas pelo objeto do contrato em causa, mesmo que para tal tenha de recorrer aos meios humanos, materiais e informáticos que entenda necessários e adequados ao fornecimento do produto e serviço à completa execução das tarefas ao seu cargo;
 - f) Entregar o serviço objeto do contrato, em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam;
 - g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como prestar todos os esclarecimentos necessários para a execução do contrato;
 - h) Comunicar ao Município qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contatos e moradas indicados no contrato;
 - i) Manter atualizados todos os documentos de habilitação, entregando-os, à entidade adquirente.
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 14.ª

Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Município de Alcoutim, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.



2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 15.ª

Caução

Não é exigida a prestação da Caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

CLÁUSULA 16.ª

Preço contratual

1. Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Alcoutim deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

CLÁUSULA 17.ª

Condições de Pagamento

1. A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. As quantias devidas pelo Município, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a finalização dos trabalhos objeto deste Caderno de Encargos.

4. Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária para o IBAN disponibilizado pelo fornecedor.

CLÁUSULA 18.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento das datas e prazos de execução dos trabalhos objeto do contrato, ou o não cumprimento das especificações definidas para os mesmos, o Município de Alcoutim pode exigir do prestador de serviços o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa diária, no montante de 1% do valor da prestação por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e o Município de Alcoutim decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, e quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do CCP.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Alcoutim tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. O Município de Alcoutim pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Alcoutim exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do prestador de serviços.

CLÁUSULA 19.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que



impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

7. Sem prejuízo do disposto no número 1 da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou de um (1) mês no caso do adjudicatário, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330.º do CCP.

CLÁUSULA 20.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante e cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1. Se o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais, ou parte delas, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante notificará-lo-á para cumprir dentro de um prazo razoável.
2. Mantendo-se a situação de incumprimento, após o decurso do prazo referido no número anterior, a entidade adjudicante resolverá o contrato por fundamento em incumprimento definitivo.
3. Para efeitos do disposto nos números anteriores, considera-se incumprimento contratual, por parte do adjudicatário, a verificação de:
 - a) Recusa de entrega dos bens em conformidade com as especificações técnicas;
 - b) Incumprimento do prazo de entrega reiterado.
4. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada quaisquer das obrigações que lhe incumbem.
5. O disposto nos números anteriores não prejudica as ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de execução.
6. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante das suas obrigações, desde que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato que será indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial do procedimento, nos termos do artigo 318.º-A do CCP.
7. Para o efeito previsto na parte final do número anterior, o contraente público interpela, gradual e sequencialmente, os concorrentes que participaram no procedimento pré-contratual original, de acordo com a respetiva classificação final, a fim de concluir um novo contrato para a adjudicação da conclusão dos trabalhos.

8. A execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.
9. A cessão da posição contratual opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.
10. Os direitos e obrigações do cocontratante, desde que constituídos em data anterior à da notificação do ato referido no número anterior, transmitem-se automaticamente para o cessionário na data de produção de efeitos daquele ato, sem que este a tal se possa opor.
11. As obrigações assumidas pelo cocontratante depois da notificação referida no número quatro apenas vinculam a entidade cessionária quando este assim o declare, após a cessão.
12. A caução e as garantias prestadas pelo cocontratante inicial são objeto de redução na proporção do valor das prestações efetivamente executadas e são liberadas seis meses após a data da cessão, ou, no caso de existirem obrigações de garantia, após o final dos respetivos prazos, mediante comunicação dirigida pelo contraente público aos respetivos depositários ou emitentes.
13. A posição contratual do cocontratante nos subcontratos por si celebrados transmite-se automaticamente para a entidade cessionária, salvo em caso de recusa por parte desta.

CLÁUSULA 21.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei ou de outras situações de grave violação assumidas pelo adjudicatário especialmente previstas no contrato, o adjudicatário pode resolver o contrato nas seguintes situações:
 - a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à entidade adjudicante;
 - c) Incumprimento das obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no número anterior, o direito à resolução do contrato pode ser exercido mediante comunicação enviada à entidade adjudicante, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescido dos juros de mora a que houver lugar.

CLÁUSULA 22.ª

Outros encargos

1. Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação das propostas constituem encargo das entidades interessadas.
2. Todas as despesas derivadas da prestação de cauções, da emissão de seguros, bem como do visto prévio do Tribunal de Contas, quando a eles houver lugar, são da responsabilidade do adjudicatário.

CLÁUSULA 23.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes é admissível de acordo com o previsto no Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 24.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do CCP.

CLÁUSULA 25.ª

Contagem dos prazos

Salvo diferente menção expressa, os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 26.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 27.ª

Lei aplicável

Em tudo o omissa no processo que constitui o presente procedimento, observar-se-á o disposto no Decreto-lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, que aprova o CCP, na sua redação atual, e demais legislações subsidiárias.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. ÂMBITO E OBJETO

Pretende-se a **Locação de equipamento WC's químicos e contentores para o Festival do Contrabando 2025**, de acordo com a regulamentação vigente e as indicações da Câmara Municipal de Alcoutim.

2. OBJETIVOS

Pretende o Município de Alcoutim, adquirir fornecimento de serviço de **Locação de equipamento WC's químicos e contentores para o Festival do Contrabando 2025**, com os seguintes objetivos:

- a) Materializar o evento – Festival do Contrabando 2025, organizada pela Câmara Municipal de Alcoutim;
- b) Promover a salubridade e segurança na utilização dos equipamentos e espaços do evento.

3. CONDIÇÕES TÉCNICAS GERAIS

As condições técnicas gerais dos serviços a efetuar são:

SERVIÇOS	INFORMAÇÕES TÉCNICAS
Locação de WC's químicos portáteis e contentores e respetiva manutenção nos dias 1 a 7 de abril de 2025	10 WC'S químicos portáteis, autossuficientes 1 WC'S químicos portáteis, autossuficientes, para pessoas com capacidade reduzida 3 contentores WC de 6mt*2,45mt (2 WC masculinos e 3 WC femininos) 3 contentores WC para pessoas com mobilidade reduzida com 2,45mt*2,45mt

	<p>4 uni. Lava mãos duplos autossuficientes (incluir água, detergente e papel para as mãos para 3 dias)</p> <p>Transporte, carga e descarga dos equipamentos.</p> <p>— Manutenção dos equipamentos durante os três dias do festival diversas vezes/dia, necessárias a uma boa higienização dos equipamentos com o intento de promover a higiene e a segurança e saúde pública e uma boa utilização de por parte dos utilizadores.</p> <p>— Manutenção geral dos equipamentos referidos anteriormente de manhã (sexta, sábado, domingo e segunda de manhã – 7h00) e à tarde (após o encerramento e/ou término das atividades (em conformidade com os horários do festival).</p> <p>— Material a repor: sacos do lixo, papel higiénico, toalhas de papel para mãos, detergente para mãos, detergentes de limpeza, e outros necessários para uma boa higienização dos equipamentos.</p>
--	--

4. PERIODO DE EXECUÇÃO, PRODUÇÃO E ENTREGA

Os serviços serão executados nos dias 1 a 7 de abril de 2025. Com montagem do equipamento até às 12h00 do dia 2 de abril e desmontagem a partir das 13h00 do dia 8 de abril, em conformidade com as condições técnicas especiais referidas no ponto 3 do Anexo I a este caderno de encargos.

5. COMENTÁRIO FINAL

Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos – Anexo I, devem ser observadas as normas, regulamentos, regras da área de negócio, indicações dos fabricantes, indicações do distribuidor e do requerente.